

JORNAL DA Câmara

Impresso
Especial
11204/2002-DR/BSS
CÂMARA DOS
DEPUTADOS
CORREIOS

Brasília-DF, segunda-feira, 6 de novembro de 2006

www.camara.gov.br

jornal@camara.gov.br

Fone: (61) 3216-1666

Fax: (61) 3216-1653

EDIÇÃO ESPECIAL

Os desafios do Orçamento para 2007

Congresso tem a tarefa de rever receitas, respeitar despesas obrigatórias e redistribuir os recursos restantes de forma a permitir que o País cresça em níveis elevados. Em meio a tudo isso, os parlamentares estão mudando os trâmites orçamentários e criando formas de fiscalização dos gastos públicos pela sociedade



**Os números que estão
no centro do debate político**
Página 2

**Aumentam as despesas com
previdência e funcionalismo**
Página 3

**Verbas para área social crescem;
investimentos continuam baixos**
Páginas 4 e 5

**Internet ajuda
a fiscalizar gastos**
Página 8

**Comissão aperfeiçoa mecanismos
para controlar execução orçamentária**
Página 7

Orçamento volta a ocupar centro do debate político

As ações que o poder público pretende implementar em 2007, as transferências para estados e municípios, as despesas com universidades federais e escolas técnicas e os investimentos em infra-estrutura serão definidos a partir das discussões no Congresso

Com a retomada das votações no Congresso, após as eleições, o Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 retorna ao centro do debate político. A proposta, encaminhada pelo Poder Executivo no fim de agosto, está sendo analisada na Comissão Mista de Orçamento, primeira etapa da tramitação. O relator-geral, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), promete entregar o relatório final neste mês.

O texto fixa todas as despesas que a União – Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público – pretende fazer ao longo de 2007 e prevê as receitas para custear esses gastos. Como é baseado em estimativas, o Orçamento costuma sofrer alterações no decorrer do ano, todas feitas com a chancela do Congresso.

O valor total do projeto de lei orçamentária para 2007 é de R\$ 1,56 trilhão. O fracionamento desse número permite conhecer melhor as ações que o poder público pretende implementar. Para as ações de saúde pública, por exemplo, o valor fixado é de R\$ 44,2 bilhões.

As despesas obrigatórias – aquelas que o poder público é obrigado por lei a realizar – chegam a R\$ 350,5 bilhões, dos quais R\$ 181,4 bilhões se referem a gastos com benefícios da Previdência Social, como aposentadoria, pensão e auxílio-doença.

No setor de infra-estrutura, que engloba portos, rodovias e saneamento urbano, o governo alocou quase R\$ 51 bilhões. Já as transferências para estados e municípios devem alcançar R\$ 112,7 bilhões, um acréscimo de 11,81% sobre este

ano. As universidades federais e escolas técnicas receberão R\$ 15,1 bilhões e R\$ 1,5 bilhão, respectivamente.

Para bancar essas e outras despesas, o projeto orçamentário estima que em 2007 haverá uma receita tributária de R\$ 400,3 bilhões, fora os quase R\$ 135 bilhões a serem arrecadados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e por outras fontes menores, como os

dividendos recebidos pelo governo das empresas estatais (R\$ 8 bilhões).

Na fase de discussão na Comissão Mista de Orçamento, alguns desses números poderão sofrer alterações. De acordo com a Constituição, deputados e senadores podem mudar a proposta enviada pelo Executivo por meio de emenda, exceto a parte sobre dispêndios com a dívida pública, os servidores federais e as transferências para os estados e os municípios.

É nesta fase de discussão da LOA que se concentra o embate político em torno dos recursos públicos. Não raro, as reuniões da comissão, abertas ao público, são acompanhadas por representantes de diversos setores da sociedade, todos interessados em preservar ou alocar recursos para sua área de atuação. Esta, aliás, é a principal função do debate orçamentário no Congresso: dividir recursos segundo os anseios sociais.

(Janary Júnior)

RECEITAS

R\$ 535,2 bilhões

Arrecadação (tributos e contribuições ao INSS)

DESPESAS

R\$ 210,4 bilhões

Gastos vinculados ao salário mínimo

R\$ 119,3 bilhões

Remuneração do funcionalismo público (ativos, inativos e encargos trabalhistas)

R\$ 165,9 bilhões

Juros e dívida pública

R\$ 181,4 bilhões

Gastos com benefícios previdenciários do INSS

R\$ 50,9 bilhões

Investimento em obras de infra-estrutura*

R\$ 112,7 bilhões

Transferências legais para estados e municípios

R\$ 5,15 bilhões

Fundos constitucionais de financiamento (FNE, FCO e FNO)

* Inclui os investimentos das estatais federais
Fonte: PLOA 2007/Consultoria de Orçamento

Plano Plurianual (PPA)

O Poder Executivo envia ao Congresso Nacional, até 31 de agosto do primeiro ano de mandato do Presidente da República, o projeto de lei do PPA. O texto prevê as diretrizes, os objetivos e as metas do governo para os próximos quatro anos, ou seja, sempre vai abranger o primeiro ano do governo seguinte.

Tramitação

A Comissão Mista de Orçamento realiza audiências públicas com integrantes do governo para obter informações.

Deputados, senadores, bancadas estaduais e regionais e comissões permanentes da Câmara e do Senado apresentam emendas ao projeto.

O relator da comissão elabora o parecer sobre o projeto, que é analisado, discutido e votado na comissão.

O Plenário do Congresso Nacional tem até 22 de dezembro para aprovar o projeto de lei do PPA e devolvê-lo para sanção presidencial.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A LDO define as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas para o exercício subsequente, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano seguinte. Tem vigência de um ano e representa o elo entre o PPA e a LOA. O Poder Executivo envia ao Congresso Nacional o projeto da LDO até 15 de abril de cada ano.

Tramitação

A Comissão Mista de Orçamento realiza audiências públicas com integrantes do governo para obter informações.

Deputados, senadores, bancadas estaduais e regionais e comissões permanentes da Câmara e do Senado apresentam emendas ao projeto.

O relator da comissão elabora o parecer sobre o projeto, que é analisado, discutido e votado na comissão.

O Plenário do Congresso Nacional tem até o fim do primeiro semestre legislativo, em 17 de julho, para analisar e votar o projeto da LDO referente à elaboração e à execução do Orçamento do ano seguinte.

Se o projeto não for votado, o Congresso não pode entrar em recesso.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

Com base no texto da LDO aprovado pelo Poder Legislativo, o Executivo elabora o projeto da LOA e o envia ao Congresso Nacional até 31 de agosto de cada ano, ou seja, um mês após a aprovação da LDO. A LOA contém a estimativa da receita e fixação da despesa pública, de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo.

Tramitação

A Comissão Mista de Orçamento realiza audiências públicas com integrantes do governo para obter informações.

O relator-geral da comissão elabora o parecer preliminar sobre o projeto, que pode receber emendas antes de ser votado.

Depois de aprovado o parecer preliminar, os deputados, os senadores, as bancadas estaduais e regionais e as comissões permanentes da Câmara e do Senado enviam emendas ao projeto da Lei Orçamentária.

Os dez relatores setoriais elaboram seus pareceres, relativos a cada uma das áreas temáticas (saúde, educação, infra-estrutura, etc.), que são discutidos e votados.

Depois de aprovados os pareceres setoriais, faz-se a análise geral das emendas e a sistematização para elaboração do parecer final, a cargo do relator-geral. Em seguida, ele é apresentado, discutido e votado.

O Plenário do Congresso Nacional tem até 22 de dezembro para analisar e votar o projeto da LOA.

A Lei Orçamentária é encaminhada ao Poder Executivo para sanção ou veto presidencial, parcial ou total, promulgação e publicação no Diário Oficial da União.

Mesa da Câmara dos Deputados - 52ª Legislatura

Presidente:

Aldo Rebelo (PCdoB-SP)

1º Vice-Presidente:

José Thomaz Nonô (PFL-AL)

2º Vice-Presidente:

Ciro Nogueira (PP-PI)

1º Secretário:

Inocêncio Oliveira (PL-PE)

2º Secretário:

Nilton Capixaba (PTB-RO)

3º Secretário:

Eduardo Gomes (PSDB-TO)

4º Secretário:

João Caldas (PL-AL)

Suplentes:

Givaldo Carimbão (PSB-AL),

Jorge Alberto (PMDB-SE),

Geraldo Resende (PPS-MS)

e Mário Heringer (PDT-MG)

Procuradoria Parlamentar:

Ney Lopes (PFL-RN)

Ouvidoria Parlamentar:

Custódio Mattos (PSDB-MG)

Diretor-Geral:

Sérgio Sampaio

de Almeida

Secretário-Geral da Mesa:

Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **William França** (61) 3216-1500 - Fax: (61) 3216-1505

Jornal da Câmara

Diretora: (61) 3216-1651

Amneres Pereira (licenciada)

Patricia Roedel (em exercício)

Editor-chefe:

Marcondes Sampaio

Editores: (61) 3216-1666

Francisco Brandão e

Marcos Rossi

Diagramadores: (61) 3216-1667

Guilherme Rangel Barros,

José Antonio Filho

e André Cerino

Endereço: Câmara dos Deputados - Anexo I - Sala 1508 - CEP: 70160-900 Brasília - DF

Aumento dos gastos públicos pressiona contas

A queda na expectativa de crescimento do PIB para o próximo ano dificulta a obtenção de receitas para cobrir a expansão das despesas com salários do funcionalismo público e déficit da Previdência

Ao analisar o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2007, o Congresso terá de equacionar o crescente gasto público, que já coloca em risco o cumprimento da meta de superávit primário, segundo analisa o relator-geral do Orçamento, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Na proposta orçamentária para o ano que vem, o governo aumenta as despesas com pessoal da União em R\$ 11,2 bilhões. Já o pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deve crescer em R\$ 16,1 bilhões.

O governo espera pagar o aumento de despesas, principalmente a previdenciária e com o funcionalismo público federal, com um forte crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que elevaria a arrecadação de impostos. No mês passado, porém, o próprio ministro da Fazenda, Guido Mantega, admitiu que a economia não vai ter fôlego para atingir nem 4% de expansão neste ano, o que compromete o crescimento para 2007, estimado inicialmente em 4,75%. Esse cenário sinaliza que o governo terá de cortar despesas ou encontrar outras fontes para cobrir o Orçamento.

A proposta de Orçamento 2007 projeta despesas de R\$ 117,9 bilhões com servidores, alcançando 5,13% do PIB. Em 2006, o gasto com pessoal

deve atingir R\$ 106,7 bilhões. Em 2002, último ano do mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, os gastos foram de R\$ 71,1 bilhões.

Apenas o orçamento de pessoal do Poder Judiciário e do Ministério Público da União vai consumir, em 2007, 15,26% a mais do que em 2006 e 43,66% acima de 2005. Para o especialista em finanças públicas Kiyoshi Harada, a preocupação é saber se esse aumento de despesa implicou, na mesma medida, na melhoria dos serviços prestados pela Justiça. "O certo é que os cidadãos estão custeando a prestação jurisdicional de forma duplicada", conclui.

Já a assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos



Gastos com benefícios do INSS devem alcançar R\$ 16,1 bilhões em 2007

(Inesc) e secretária-executiva do Fórum Brasil do Orçamento, Eliana Magalhães Graça, considera que o aumento de despesas com servidores é justificável, desde que as contratações sejam por meio de concurso público, atraindo pessoas mais qualificadas. Em sua opinião, o atendimento à população melhora se o servidor for bem remunerado, e isso é positivo.

Para Eliana, o presidente Lula acertou ao abrir mais vagas no setor público e reajustar as remunerações, que segundo ela, estavam defasadas.

Déficit previdenciário

Outro fator que deve pressionar os gastos públicos, segundo especialistas, é o aumento do déficit previdenciário. Pela proposta encaminhada pelo Executivo, o déficit vai atingir R\$ 46,4 bilhões em 2007, enquanto deve chegar a R\$ 43,4 bilhões em 2006. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse que o rombo só não será maior porque o INSS começou a aplicar, desde 2005, regras mais rigorosas na concessão do auxílio-doença, benefício que vem apresentando um forte crescimento.

Para Eliana Graça, o déficit da Previdência é uma criação do governo, que retira recursos do setor para formar superávit primário e custear despesas estranhas à seguridade social. Além disso, de acordo com ela, a Previdência não deve tornar-se alvo de corte de despesas.

O gasto público no Brasil (Em % do PIB)*

2002	17,67
2003	16,83
2004	17,38
2005	18,47
2006**	19,52
2007	19,57

*Inclui as despesas obrigatórias e discricionárias realizadas pelos órgãos públicos
**previsão
Fonte: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara

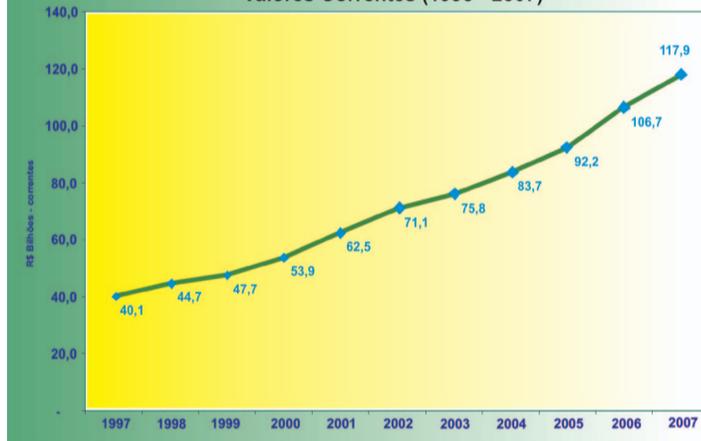
"É o maior programa de transferência de renda da América Latina e tem um efeito social muito importante", justifica.

Na mesma linha, Kiyoshi Harada lembra que a Constituição prevê quatro fontes de custeio para financiamento da Seguridade Social, que inclui, além da Previdência, a saúde e a assistência social. São receitas de contribuições sociais e fiscais, como a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Harada afirma que o déficit da Previdência só existe porque a arrecadação com esses tributos acaba sendo desviada para outras áreas.

Na visão de Eliana, o grande "gargalo" do Orçamento são as despesas com a dívida pública. Ela lembra que esse tipo de gasto vai consumir R\$ 656 bilhões no ano que vem, de acordo com a proposta do governo, enquanto todas as demais vão totalizar R\$ 856 bilhões. "A cada dia estamos gastando mais com a dívida", lamenta. **(Edvaldo Fernandes)**

Evolução de Pessoal e Encargos Sociais

Valores Correntes (1995 - 2007)



Governo reduz superávit para elevar investimento

A meta de superávit primário no setor público de 4,25% do PIB, praticada desde de 2003, será mantida em 2007, mas apenas em termos nominais. O valor da arrecadação do setor público que deve ser economizado cairá R\$ 1,4 bilhão, de acordo com a proposta do governo para a LOA 2007. Segundo o relator-geral do Orçamento, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o governo modificou o cálculo do superávit primário para acomodar o aumento de despesas públicas nos últimos meses.

A proposta eleva a fatia do PIB destinada ao Plano Piloto de Investimentos (PPI), que financia obras de infra-estrutura e não entra no cálculo das despesas para apuração do superávit primário. Hoje, em razão do PPI, o governo pode desconsiderar 0,14% do PIB na hora de calcular o superávit primário. De acordo com a LOA 2007, esse índice subirá para

0,2% do PIB, ou R\$ 4,6 bilhões.

Só a construção e recuperação de rodovias vai consumir R\$ 3,5 bilhões desse dinheiro. O restante será investido principalmente em ferrovias (R\$ 255,2 milhões), portos (R\$ 229,7 milhões) e metrô e transporte coletivo (R\$ 369,1 milhões).

Menos rigor

A mudança no cálculo do superávit ameniza o rigor fiscal e dá um pouco mais de folga aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, que responde sozinho por 2,45% do PIB para formação do superávit primário no Orçamento para 2007. Considerando-se a meta de economia das estatais, de 0,7% do PIB, a União deverá economizar 3,15% do PIB para cumprimento da meta. A parcela de estados e municípios é de 1,1% do PIB.

Para o relator, porém, ainda assim haverá dificuldades para o

cumprimento da meta neste ano e no ano que vem. Estados e municípios, ao contrário da União, que sempre supera sua cota na meta, devem economizar apenas 0,95% do PIB em 2006, o que fica 0,15 ponto percentual aquém de sua meta. De qualquer forma, o índice é 0,05 acima do esperado pelo governo federal para o período. Estados e municípios tiveram superávit acima do necessário de 1,24% do PIB no primeiro trimestre deste ano. A diferença entre a meta e o percentual atingido, em caso de déficit, tem de ser complementada pela União.

No próximo ano, a União será obrigada a economizar R\$ 51,7 bilhões nos orçamentos fiscal e da seguridade social. Já as empresas estatais federais pouparão pelo menos R\$ 16,1 bilhões. As estatais que mais contribuirão para essa cifra são a Petrobras e a Eletrobrás. **(EF)**

Salário mínimo subirá para R\$ 375

O Projeto de Lei Orçamentária para 2007 estabeleceu um salário mínimo de R\$ 375 a partir de abril do ano que vem. Em relação aos R\$ 350 atuais, o reajuste será da ordem de 7,12%, sendo 3,95% equivalentes à variação da inflação e 3,05% ao crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) per capita.

Esse reajuste acarretará, para cada R\$ 1 a mais, acréscimo de R\$ 178,9 mi-

lhões nas despesas. Em relação às receitas, o aumento de R\$ 1 provocará crescimento de R\$ 8,7 milhões na arrecadação das contribuições previdenciárias.

Considerando-se unicamente os efeitos sobre o déficit do Regime Geral de Previdência Social, verifica-se que ele cresce R\$ 107,4 milhões com o aumento de R\$ 1 do salário mínimo.

(Rodrigo Bittar)

IMPACTO DO MÍNIMO NA PREVIDÊNCIA

Benefício	Aumento de R\$ 1
Aposentadoria Rural	R\$ 15,9 milhões
Auxílio-Doença	R\$ 11,5 milhões
Pensões rurais	R\$ 5,7 milhões
Salário-Maternidade/Rural	R\$ 42,2 mil
Salário-Maternidade/Urbano	R\$ 86,6 mil
Salário Família	R\$ 32,7 mil
Aposentadorias	R\$ 57,5 milhões
Aposentadorias especiais	R\$ 4,2 milhões
Pensões	R\$ 21 milhões
Abono de Permanência em serviço	R\$ 6,8 mil
Total	R\$ 116,1 milhões

Investimentos públicos ainda são insuficientes

Apesar de prever mais recursos para investir no País no próximo ano, governo ainda destina à infra-estrutura menos do que o necessário para que o Brasil atinja um nível de crescimento superior aos dos últimos anos

A proposta da nova Lei Orçamentária Anual (LOA), em tramitação no Congresso, destinou R\$ 65,5 bilhões para investimentos públicos. O número é 15,7% superior ao disponível para este ano, em termos nominais (sem descontar os efeitos da inflação), e inclui despesas realizadas por todos os entes federais.

Do ponto de vista econômico, o dado que mais interessa é o investimento em infra-estrutura, como portos, rodovias e sistemas energéticos. Nesse caso, segundo a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, o número é um pouco menor: R\$ 50,94 bilhões, sendo que 89,4% são oriundos das empresas estatais, como Petrobras e suas subsidiárias, e o grupo Eletrobras. O número final poderá ser um pouco maior, já que tradicionalmente as emendas parlamentares concentram-se nos investimentos.

Esse dado é estratégico para o País, já que o investimento público em infra-estrutura cria condições duradouras para o desenvolvimento. Para economis-

tas, porém, o valor está abaixo do que o Brasil precisa para crescer a taxas superiores ao que vem apresentando. “O déficit atual em infra-estrutura não permite que o País cresça acima dos 4% ao ano nos próximos quatro anos. A infra-estrutura é o grande gargalo do crescimento econômico”, ressalta Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE).

De acordo com ele, dois seto-

res apresentam maiores problemas, o de transportes (rodovias e portos) e o energético. Para compensar a carência nessas áreas, ele sugere que o governo invista em uma política de atração do capital privado na infra-estrutura.



Estatais como a Petrobras concentram investimentos da União em infra-estrutura

Confira os números para energia, infra-estrutura e outros projetos

Ação	Valor reservado (R\$)
Aumento da oferta de petróleo e gás (Petrobras)	20,4 bilhões
Ampliação das unidades de refino (Petrobras)	5,8 bilhões
Aumento da rede de gasodutos do país (Petrobras)	1,6 bilhão
Expansão dos sistemas energéticos das cinco regiões (grupo Eletrobras)	5,6 bilhões
Obras rodoviárias (manutenção, recuperação e construção)	4,6 bilhões
Instalação e modernização de postos bancários (bancos oficiais)	1,5 bilhão
Construção e manutenção dos portos	405 milhões
Construção ou modernização de aeroportos	1,05 bilhão
Acesso da população rural à energia elétrica (Programa Luz para Todos)	335 milhões

Fonte: PLOA 2007

Segundo o Banco Mundial, em um estudo divulgado há um ano, o Brasil precisa investir 4,4% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em projetos de infra-estrutura, todos os anos até 2025, para chegar à situação atu-

al da Coreia do Sul. “O investimento da União em infra-estrutura vem se situando na ordem de R\$ 10 bilhões a R\$ 12 bilhões, que preenchem palidamente os volumes de recursos necessários, que deveriam ser três vezes mai-

ores”, afirma o professor da Unicamp Claudio Schuller Maciel.

O economista alerta que baixos níveis de investimento em infra-estrutura geram também baixas expectativas nas empresas, que acabam cancelando ou adiando investimentos em novas unidades de produção.

Em 2005, a taxa de investimento da economia, que inclui os gastos públicos e privados em todos os setores, ficou abaixo dos 20% do PIB. A parcela pública federal, segundo o Ministério da Fazenda, ficou em 2,33%. Já foi de 5% no final dos anos 60. “Desde os anos 80, a infra-estrutura brasileira amarga, regra geral, uma queda substancial do nível de investimentos e perda de qualidade da prestação de serviços. Passadas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso e quase ao término da gestão Lula, os serviços infra-estruturais continuam a desafiar o País”, diz o professor da Unicamp.

Nesse cenário, segundo os analistas, o Congresso tem um duplo desafio: primeiro, aumentar o investimento público durante a análise das leis orçamentárias. Depois, fiscalizar o governo para que os recursos sejam efetivamente executados. (Janary Júnior)

Especialistas defendem regionalização dos gastos

O investimento público é uma das formas mais eficazes para reduzir as disparidades regionais. Países como Estados Unidos e Austrália, que têm em comum com o Brasil a grande extensão territorial, usaram esse recurso para desenvolver regiões mais pobres, que passaram a receber mais dinheiro público. No caso brasileiro, a partir de meados dos anos 80, o Estado deixou de olhar o orçamento federal como um meio de combater as desigualdades regionais.

“O investimento público não está mais compensando as diferenças regionais. Apesar de estar previsto na Constituição, o combate às desigualdades deixou de ser priorida-

de”, ressalta o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Mansueto Almeida, atualmente assessorando a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado. “O Orçamento deveria ter uma visão mais regionalizada”, completa.

Na proposta orçamentária para 2007, a regionalização dos investimentos das estatais, que representam o grosso dos recursos nessa área (R\$ 49,4 bilhões), revelam que a região Sudeste abocanha 34,09% do montante. O Nordeste responde por 8,22%; o Sul, por 4,82%; o Norte, por 3,87%; e o Centro-Oeste, por apenas 0,77%. O restante é direcionado para o exterior (15,5%) – em sua maioria de responsabilidade da Petrobras, que extrai petróleo e gás em outros países – e para ações que, por

sua natureza, são realizadas em mais de uma região.

Como lembra a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, nada menos que 48,23% do investimento das estatais não está regionalizado. “Nas regiões mais pobres, o gasto público é o mais importante da economia. Se o setor público investe pouco, essas localidades ficam mais debilitadas”, adverte o economista Jorge Jatobá, pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), ONG voltada para a análise das políticas públicas.

A carência de investimentos regionalizados pode ser compensada, pelo menos em parte, por outros mecanismos orçamentários, como as transferências federais e as operações oficiais de crédito, que destinam

recursos para atividades econômicas localizadas em todo o País. No primeiro caso, a proposta orçamentária prevê o repasse de R\$ 112,66 bilhões, um crescimento de 11,8% sobre 2006.

Esse número refere-se apenas às transferências obrigatórias, que o governo federal deve cumprir por determinação da Constituição ou de lei. É o caso, por exemplo, dos fundos de participação dos estados (FPE) e

municípios (FPM), contemplados, respectivamente, com R\$ 36,97 bilhões e R\$ 38,69 bilhões. Há ainda as compensações devidas pelo uso de recursos minerais e hidrológicos ou pela extração de petróleo, pagas pelas empresas exploradoras. Nesse caso, a conta chega a R\$ 14,6 bilhões. (JJ)

Principais transferências constitucionais

Fundo de Participação dos Estados (FPE)	R\$ 36,97 bilhões
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	R\$ 38,69 bilhões
Parcela do IPI, IOF, Cide e ITR	R\$ 8,7 bilhões
Lei Kandir	R\$ 3,9 bilhões
Compensação pelo uso de recursos hídricos	R\$ 1,04 bilhão
Compensação pela extração de petróleo e gás	R\$ 13,1 bilhões
Compensação pela exploração de recursos minerais	R\$ 487,3 milhões
Parte dos estados no salário-educação	R\$ 4,41 bilhões

Fonte: PLOA 2007

Gastos em áreas sociais aumentarão mais de 14%

Saúde terá a maior verba, 6,4% acima do Orçamento de 2006, mas ainda ficará abaixo do piso constitucional; investimento em Educação será reforçado com a entrada em vigor do Fundeb, que deverá receber R\$ 2 bilhões

Uma comparação da previsão de gastos do governo para Educação e Saúde e para as ações do Bolsa Família e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil revela o aumento de 14,33% dos recursos previstos entre o Projeto da Lei Orçamentaria Anual (LOA) de 2006 e a LOA de 2007. Essa comparação não leva em consideração o que foi efetivamente gasto neste ano, mas as previsões de despesas enviadas pelo governo para o exercício seguinte.

Os recursos mais volumosos serão destinados ao Ministério da Saúde: R\$ 46,4 bilhões. O valor inclui gastos que não são de serviços na área – como pagamento de dívidas e de aposentadorias – e representa um crescimento de 6,4% em relação à LOA do ano passado (R\$ 43,6 bilhões).

Levando-se em conta o montante destinado exclusivamente às ações em saúde, o valor cai para R\$ 42,4 bilhões, o que não atende o piso constitucional (Emenda Constitucional 29/00), que determina gastos de R\$ 44,2 bilhões em 2007. Para cumprir a exigência, o governo separou R\$ 1,7 bilhão nas reservas de contingência para que os parlamentares apresentem emendas ao Orçamento.

“A tática de reservar um montante para as emendas é uma forma de burlar a obrigatoriedade na destinação de recursos para a saúde”, acusa a assessora de Política Fiscal e Orçamentária do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e secretária-executiva do Fórum Brasil de Orçamento, Eliana Magalhães Graça. “A recomposição do Orçamento da Saúde deveria ser feita sem as emendas parlamentares, que são complicadas. As

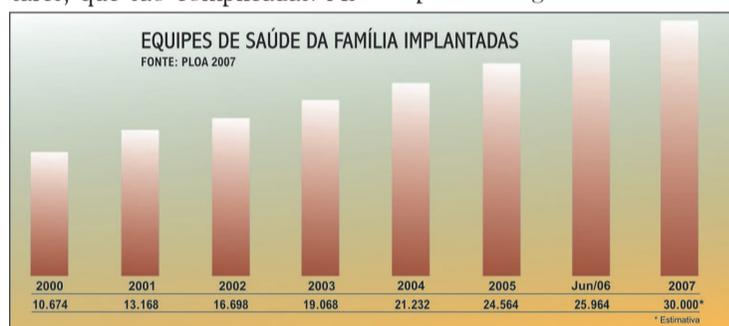


O programa Saúde da Família vai receber R\$ 4,1 bilhões no próximo ano

alta complexidades, como transplantes, terapia renal, quimioterapia e cirurgias cardíacas.

do, o número de municípios que faziam parte do que o governo chama “Estratégia Saúde da Família” aumentou de 1.753 para 5.081, e a cobertura populacional nesse período aumentou de 17,4% para 44,9%. Em junho, estavam em atuação nos municípios 25.964 equipes de Saúde da Família e 215.162 agentes comunitários.

Já as equipes de Atenção à Saúde Bucal, outra ação da



irregularidades investigadas pela CPMI das Sanguessugas mostram isso”, acrescenta.

Atendimentos

A meta para o Sistema Único de Saúde (SUS) em 2007 é realizar 251,6 milhões de atendimentos, segundo o governo federal. Para isso, foram destinados R\$ 18,7 bilhões a serem gastos desde a atenção básica até os procedimentos de média e de

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS PARA ÁREAS SOCIAIS

Área	PLQA 2006	LOA 2006	PLQA 2007	PLQA 06/07
Educação	R\$ 21,3 bi	R\$ 22,6 bi	R\$ 26,4 bi	+ 23,9%
Saúde*	R\$ 43,6 bi	R\$ 44,3 bi	R\$ 46,4 bi	+ 6,4%
Bolsa Família	R\$ 6,2 bi	R\$ 8,3 bi	R\$ 8,6 bi	+ 38,7%
Peti	R\$ 375,4 mi	R\$ 373,3 mi	R\$ 366,3 mi	- 2,4%

*Inclui gastos em áreas não específicas da Saúde, como pagamentos de dívidas
Fonte: Comissão Mista de Orçamento

Dentro da atenção básica, a LOA 2007 destina R\$ 4,1 bilhões para manter 30 mil equipes do programa Saúde da Família. Entre 2000 e junho passa-

atenção básica, receberão R\$ 124,8 milhões para a cobertura de 110 milhões de habitantes.

Educação

A proposta orçamentária

para o Ministério da Educação prevê gastos de R\$ 26,4 bilhões em 2007. Esse valor representa um acréscimo de 32% em relação ao orçamento executado em 2005 e 17% em relação ao autorizado para 2006 até o último dia 29 de agosto. A comparação foi feita com base nos valores nominais, ou seja, não foi levada em conta a inflação do período.

Da LOA 2007, R\$ 1,5 bilhão é destinado às escolas técnicas e agrotécnicas; R\$ 6,4 bilhões para o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE); e R\$ 15,1 bilhões para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

“O aumento de recursos disponíveis para a Educação em 2007 é um dado importante, mas ainda é cedo para concluir que a área realmente é uma prioridade do governo. Cabe à sociedade civil fiscalizar os investimentos ao longo do ano que vem”, declarou o economista e diretor do Instituto Brasileiro de Análises

Sociais e Econômicas (Ibase) João Sucupira.

Fundeb

A mensagem enviada pelo Executivo destaca que 2006 é o último ano de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundeb), que será ampliado e substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O novo fundo abrangerá o ensino médio e a educação infantil, além do ensino fundamental – que já é atendido pelo Fundef.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 536/97, que institui o Fundeb, determina que no primeiro ano de vigência o valor que a União destinará ao fundo é de R\$ 2 bilhões, contra os R\$ 450 milhões autorizados para o Fundef neste ano. Grande parte desses recursos para 2007 é efetivamente nova, mas outra parcela é resultante da transferência de verba anteriormente voltada para a educação de jovens e adultos e para o ensino médio. A PEC foi aprovada em dois turnos na Câmara, mas terá que ser votada novamente na Casa por ter sofrido alterações no Senado.

(Rodrigo Bittar)

Recursos para combater trabalho infantil diminuem em 2007

O Projeto de Lei Orçamentária (LOA) para 2007 registra uma redução de 2,4% nos recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) em relação à LOA 2006. Para o ano que vem, o governo federal prevê destinar R\$ 366,3 milhões ao programa, considerado fundamental por especialistas para inibir a presença de crianças em locais de trabalho considerados penosos. No PLOA 2006, para efeito de comparação, os recursos destinados ao Peti somaram R\$ 375,4 milhões.

O assessor de Política Fiscal e Orçamentária do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) Francisco Sadeck considera a redução “preocupante”, uma vez que a última Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE demonstrou que o trabalho infantil apresentou crescimento no ano passado. O número de crianças de 5 a 14 anos em situação de trabalho subiu 10,3% entre 2004 e 2005, influenciado pelo aumento no trabalho para o próprio consumo e atividades não-remuneradas, ambas tipicamente agrícolas. “Foi a primeira vez que o índice subiu em 14 anos”, afirmou Sadeck.

Em relação às metas de atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho, foram significativamente reduzidas em comparação com a proposta para 2006, passando de 3 milhões de atendimentos para 1,5 milhão, o que “indica que a meta estimada para 2006 não será alcançada, como também expõe as limitações financeiras

e operacionais para a expansão do programa”, segundo nota técnica produzida pela Comissão Mista de Orçamento da Câmara. “É preocupante o fato de o trabalho infantil ter aumentado em 2005 e o governo federal prever atender um número menor de crianças e adolescentes em 2007, com consequente corte de recursos”, acrescenta Sadeck.

Já o diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) João Sucupira defende uma ação coordenada da sociedade para que os recursos do Peti sejam recompostos por meio de emendas parlamentares. “A redução dos recursos é uma coisa lamentável, a sociedade deve fazer um forte lobby, por meio dos parlamentares, para aumentar a verba do Peti.”

Bolsa Família

Em relação ao Bolsa Família, apesar do aumento de recursos previstos, a LOA 2007 apresentou, pela primeira vez após a criação do benefício, uma queda em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Para 2007, estima-se um gasto de R\$ 8,6 bilhões, equivalente a 0,37% do PIB. Para 2006, a previsão de gasto estimada (autorizada) é de R\$ 8,3 bilhões, equivalente a 0,40% do produto. A Comissão de Orçamento acredita, no entanto, que a variação é explicada pelo atendimento integral, neste ano, das famílias em situação de pobreza. No ano que vem, o gasto está restrito à manutenção do pagamento a essa população. (RB)

Repases da Lei Kandir seguem sem consenso

Estados exportadores reclamam dos R\$ 3,9 bilhões destinados para 2007 e reivindicam um valor no mínimo igual ao dos dois últimos anos, de R\$ 5,2 bilhões; governo e oposição negociam acordo para evitar atraso na votação do Orçamento

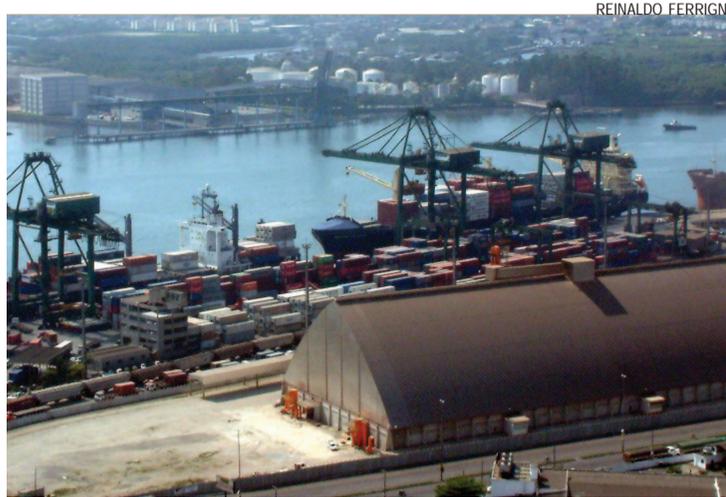
As perdas dos estados com a Lei Kandir são uma das "caixas de marimondo" em que pretende mexer o governo ainda neste ano, assegurou o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento. "Com relação à Lei Kandir, eu visto a carapuça", disse o ministro, em meio a críticas de parlamentares da oposição referentes à distribuição das receitas federais no Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2007.

Na proposta, o governo alocou R\$ 3,9 bilhões para ressarcir os estados exportadores, que, por sua vez, repassam 1/4 desse dinheiro para seus municípios. O deputado Julio Semeghini (SP), representante do PSDB na Comissão Mista de Orçamento, disse que esse valor é inaceitável. Para

ele, as compensações da Lei Kandir para 2007 devem superar os R\$ 6 bilhões. Os estados exportadores têm reivindicado que os repases sejam de R\$ 5,2 bilhões, como previsto no Orçamento de 2005, corrigidos desde então e anualmente pelos índices de inflação ou do PIB.

Queda de braço

No Orçamento de 2006, os estados conseguiram manter esse valor, mas abriram mão da correção. As compensações da Lei Kandir foram, ainda assim, 35% maiores do que o previsto na LOA 2007. Os estados exportadores – São Paulo à frente – só aceitaram votar a proposta depois que o governo federal aumentou o valor original, que era de R\$ 3,4 bilhões. Esses estados, entretanto, cederam nos critérios de distribuição do dinheiro.



São Paulo e Minas recebem 44% dos recursos para estados exportadores

Paulo Bernardo também avalia que o governo e a oposição devem buscar, imediatamente, uma solução definitiva para o problema, para evitar atrasos na votação do Orçamento, como ocorreu no ano passado. O Orçamento de 2006 só foi votado em abril deste ano, com quatro meses de atraso.

O impasse surgiu porque deputados governistas, como o

atual presidente da Comissão Mista de Orçamento, Gilmar Machado (PT-MG), e o relator-geral do Orçamento deste ano, Carlito Merss (PT-SC), alegaram que as compensações da Lei Kandir deveriam ser reduzidas porque serviam apenas para aumentar as desigualdades regionais, ao retirar dinheiro de estados pobres e canalizá-lo para estados ricos. Os estados exportadores mobilizaram suas bancadas para impedir a aprovação do Orçamento até que suas reivindicações fossem atendidas.

De acordo com Semeghini, o PSDB espera que o Orçamento de 2007 mantenha os critérios de distribuição dos repases da Lei Kandir em vigor neste ano. "Nós já temos uma forma de distribuir", disse.

Merss não concorda. Para ele, a consolidação dos critérios de repasse deverá promover uma redistribuição "mais justa" dos recursos. O deputado catarinense acusa os estados de São Paulo e de Minas Gerais de impedirem a solução definitiva para o impasse. "As compensações só não foram regulamentadas por causa da resistência dos governadores desses dois estados, que levam 44% do dinheiro", afirmou. A discrepância existe porque, de acordo com a lei, estados com maiores perdas têm direito a maiores compensações. (Edvaldo Fernandes)

Estados recebem compensação por perdas do ICMS

A Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 1996) isentou as mercadorias destinadas à exportação e os serviços prestados para pessoas físicas ou jurídicas no exterior do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), arrecadado pelos estados.

Por lei, o contribuinte tem o direito de descontar os valores recolhidos a título de ICMS nas etapas anteriores da cadeia de produção quando for apurar ICMS a pagar. Por exemplo, ao vender um automóvel, a montadora desconta do ICMS a pagar o ICMS pago

na aquisição das peças utilizadas para montar o veículo.

Com a Lei Kandir, o exportador ficou desobrigado de pagar ICMS e, conseqüentemente, impossibilitado de descontar o ICMS embutido em seus produtos ou serviços. Esses créditos começaram a ser cobrados do estado, que passou da condição de credor à de devedor.

Em 2000, criou-se um fundo orçamentário para as compensações da Lei Kandir, e passaram a vigorar novas regras para apuração do montante dos repases, que passou a ser ba-

seado em estimativas e não na arrecadação efetiva de ICMS. Essas regras foram prorrogadas até 2003, quando a União ficou obrigada a repassar aos estados até R\$ 3,9 bilhões. Entretanto, para os exercícios de 2004 a 2006, o valor desses repases passou a depender de acordos entre os governadores e o Ministério da Fazenda.

Os municípios, que recebem 25% da arrecadação estadual de ICMS, têm direito a 25% do total dos repases da União para compensar as perdas com a Lei Kandir. (EF)

Verbas para fundo penitenciário sofrem redução

A maior fatia da conta pela segurança está com as polícias e penitenciárias, que são de responsabilidade orçamentária estadual. O governo federal assume outros papéis, mas repassa recursos para complementar o funcionamento do sistema prisional e de segurança, por intermédio do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Na proposta orçamentária para 2007, os recursos para o fundo são expressivamente inferiores aos de 2006. No entanto, descontados os créditos extras para a construção de presídios neste ano, os valores estão dentro da média dos últimos anos.

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen), que administra o Funpen, informa um corte de 46% nos recursos, passando de R\$ 375 milhões em 2006 para R\$ 200 milhões previstos na LOA 2007. Mas, segundo o Ministério da Justiça, a situação de 2006 foi excepcional, já que foram finalizadas as três primeiras penitenciárias federais, em Catanduvas (PR), Grande (MS) e Mossoró (RN). Para isso, foi necessário um crédito suplementar de R\$ 200 milhões, concedido pela Medida Provisória 311/06, editada em agosto.

Em 2004, foram destinados

R\$ 146 milhões ao Funpen; em 2005, R\$ 158 milhões; e a proposta original para 2006 era de apenas R\$ 175 milhões. Além disso, apesar da previsão de R\$ 375 milhões para este ano, os dados da execução orçamentária dão conta de que apenas R\$ 264 milhões foram empenhados até o momento, e pouco mais de R\$ 67 milhões foram efetivamente gastos.

Ainda está nos planos do ministério a construção de duas penitenciárias em 2007, uma em Porto Velho (RO) e outra em Minas Gerais, mas o Executivo garante que os recursos são suficientes. (Marcello Larcher)

Orçamento Brasil
funciona melhor com você junto



Acesse www.camara.gov.br/orcamento
ou www.senado.gov.br/signa e participe

Comitê busca critérios para controlar execução

Reativado na atual gestão da Comissão Mista de Orçamento, o Comitê de Acompanhamento Orçamentário procura estabelecer uma fiscalização sistemática dos gastos federais

A outra face da atuação da Comissão Mista de Orçamento (CMO) é a fiscalização da execução dos gastos públicos. Para cumpri-la, a CMO reativou o Comitê de Acompanhamento Orçamentário, formado por 15 deputados e 8 senadores, e atualmente coordenado pelo deputado Paulo Rubem Santiago (PT-PE).

O presidente da comissão, deputado Gilmar Machado (PT-MG), que apoiou a instalação do comitê, diz que a intenção é institucionalizar esse mecanismo de controle, de forma que a fiscalização se torne permanente. “Independentemente de quem esteja na presidência da comissão, é preciso fazer o trabalho, e vamos criar as condições para isso”, prometeu.

Atualmente, o acompanhamento é feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), órgão que auxilia o Poder Legislativo. Mas esse trabalho é focado na prestação de contas, quando, de acordo com os deputados, é muito mais difícil reaver os recursos perdidos para a corrupção. Os parlamentares têm

a prerrogativa de pedir informações diretamente ao governo, mas isso tem sido feito de forma esporádica.

Parcerias

Os mecanismos ainda estão sendo implementados, mas os deputados pretendem estabelecer parcerias com a Controladoria Geral da União (CGU), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e as áreas de fiscalização dos legislativos estaduais e municipais. “É preciso aprimorar as condições de fiscalização, porque isso não existe, e também retomar o controle de verbas federais distribuídas para estados e municípios”, ressalta o deputado Colbert Martins (PPS-BA), autor da proposta de criação do comitê, de que é relator.

Parlamentares já têm acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, espécie de repositório de todas as informações orçamentárias, mantido pela STN. No Siafi, eles podem fiscalizar a execução, e a CMO abriu o acesso ao sistema para entidades que queiram se juntar à fiscalização e para a imprensa.



Comitê centra a fiscalização em repasses para execução de obras públicas

sa. “Mas isso não é suficiente, porque os estados e municípios, por exemplo, não aderem a um sistema tão transparente e com a possibilidade de cruzamento de dados como o Siafi”, adverte Martins.

Além disso, segundo o deputado, há problemas quanto à prestação de contas. As transferências feitas por fundos federais, como o Fundo Nacional de Saúde (FNS), por exemplo, a fundos estaduais e municipais têm prestações de contas feitas nos estados. “Os tribunais estaduais não têm ferramentas de integração ou informação, e, além disso, estão muitas vezes submetidos a interesses e influência política dos estados”, alerta.

O problema já foi detectado,

e os tribunais estão se mobilizando para solucioná-lo. Segundo o ex-presidente do TCU Adylson Motta, a intenção é criar uma estrutura e um modelo para que, mesmo com liberdade para organização própria, os tribunais de contas possam fornecer informações compatíveis. “Essa parceria tem sido muito fácil, e conta com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid) para os custos”, afirma Motta.

Fraudes

No caso recente das fraudes na compra de ambulâncias, os recursos repassados por convênio eram gastos sem controle rígido em licitações feitas, ou até mesmo dispensadas, pelas próprias prefeituras. “Já na compra

Participe de chat na Agência Câmara

As propostas para aumentar o controle de gastos poderão ser discutidas em bate-papo pela internet amanhã, às 15 horas, com o deputado Paulo Rubem Santiago (PT-PE). Para participar, basta acessar o site www.agencia.camara.gov.br e clicar no ícone do chat.

de milhares de ambulâncias para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) não houve suspeitas, pois foram adquiridas em grandes licitações e com toda condição de fiscalização”, afirma Colbert Martins.

Não se trata de promover uma nova centralização da execução do Orçamento, mas de propor mais formas de controle e critérios mais claros para os repasses do governo federal aos demais entes da federação. “A verdade é que o governo federal gasta pouquíssimo em compras. A maior parte das compras é feita por estatais, que precisam de leis melhores sobre licitações, e prefeituras, que precisam de critérios”, observa Santiago. (Marcello Larcher)

CPMI sugere novas regras para emenda

As discussões sobre o Orçamento envolvem a investigação sobre o uso de emendas de parlamentares para a compra de ambulâncias superfaturadas. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Sanguessugas fez sugestões para aperfeiçoar a elaboração do Orçamento, mas outras alterações foram discutidas desde a Constituição de 1988. Tanto a CPMI do esquema PC Farias, em 1992, quanto a do Orçamento, em 1993, detectaram problemas na alocação e na liberação de gastos.

Como o Orçamento apenas autoriza gastos, é o governo quem decide se executa ou não os investimentos direcionados pelas emendas. As investigações da CPMI das Sanguessugas concluíram que a maioria dos problemas não está na elaboração do Orçamento, mas na sua execução, envolvendo as negociações que ocorrem após a aprovação do projeto. (ML)

AS MUDANÇAS E AS PROPOSTAS

COMO ERA - A partir da Constituição de 1988, os parlamentares passaram a apresentar emendas individuais, sem limite de número ou valor. Em seguida, foram estabelecidas regras para restringir a apresentação para 50 emendas por parlamentar.

REGRAS ATUAIS

- A CPMI do Orçamento, em 1993, recomendou o fim das emendas individuais, mas elas foram apenas reduzidas a 20 por parlamentar.
- Após a CPMI, foram criadas as emendas coletivas, definidas como prioritárias. Há dois tipos:
 - Emendas de bancada (estados e regiões) — inicialmente, eram 10 por estado; hoje são de 18 a 23.
 - Emendas de comissões temáticas — são cinco para cada uma, limitadas à área de atuação das comissões.
- Há cada vez mais exceções para liberar recursos a entidades privadas.
- Os parlamentares podem apresentar emendas sem definir com precisão onde os recursos serão aplicados.

CPMI DAS SANGUESSUGAS

- Novamente recomenda o fim das emendas individuais, além de propor limites ao uso de verbas não identificadas nessas emendas.
- Propõe limitar emendas coletivas a programas de interesse estadual, regional ou nacional, proibindo a alocação de recursos direto aos municípios.
- Pede que seja proibida a destinação e a liberação de recursos a entidades privadas dirigidas por parlamentares, juízes, ministros e presidente da República ou seus cônjuges, companheiros e parentes até o terceiro grau.
- Sugere que as transferências da União para estados e municípios sigam critérios prefixados e não sejam discricionárias. A recomendação é de que valores sejam alocados, mas as prioridades sejam aferidas por conselhos municipais.

PARECER PRELIMINAR 2007

- Mantém as regras para cada parlamentar apresentar até 20 emendas, com limite de R\$ 5 milhões por deputado ou senador. Também estabelece um piso de R\$ 150 mil por emenda. O objetivo é evitar que elas sejam executadas por contratos de pequeno valor, sem licitação.
- Adota a recomendação da CPMI das Sanguessugas, estendendo a proibição de liberação de recursos a entidades privadas dirigidas também por prefeitos, governadores e seus parentes.
- O parecer preliminar não adotou as sugestões referentes a emendas coletivas e transferências da União.

PRINCIPAIS PROBLEMAS

- Emendas individuais diminuíram porque são em geral contingenciadas pelo Executivo. O governo federal também criou sistemas de acompanhamento de votações e relacionou a liberação de verbas à fidelidade do parlamentar ao governo.
- As emendas estaduais passaram a ser utilizadas para ampliar os limites impostos às emendas individuais. Vários parlamentares do estado começaram a partilhar a mesma emenda, conhecida como “rachadinha”. O “esquema” de compra de ambulâncias valeu-se principalmente de emendas de bancada.
- As investigações da CPMI das Sanguessugas identificaram vários parlamentares que apresentaram emendas para quase cem entidades coordenadas por parentes ou assessores de seus gabinetes.
- As emendas em geral têm localização indefinida, porque assim o parlamentar pode indicar o município beneficiado no momento do gasto.

Portal convida cidadão a fiscalizar despesas

O Orçamento Brasil, que a Câmara lança hoje, também vai oferecer estudos técnicos para especialistas e informações didáticas para aumentar a transparência e a participação da sociedade no debate sobre o tema

Informações sobre a execução orçamentária de transferências da União a cada estado e município estão disponíveis no portal Orçamento Brasil (www.camara.gov.br/orcamentobrasil), que a Câmara lança hoje. O cidadão também pode encontrar no site explicações didáticas sobre o processo orçamentário, além de todos os dados já disponíveis sobre o tema no Portal da Casa.

Segundo o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Gilmar Machado (PT-MG), o objetivo é obter total transparência. “Queremos que a sociedade participe do processo de elaboração do Orçamento e também fiscalize sua execução”, aponta. A iniciativa se insere no esforço realizado pela Câmara para se aproximar da sociedade e favorecer a transparência.

O Portal da Câmara (www.camara.gov.br) mantém informações sobre o Orçamento em áreas distintas. Estudos e notas técnicas estão na página da Consultoria. Já o site da comissão oferece registros do processo de elaboração e votação do Orçamento e sua execução. Ainda é possível acessar o material nas páginas dos órgãos de comunicação da Casa – Rádio, TV, Jornal e Agência Câmara.

Com o novo portal, todas as informações passam a ficar reunidas. A medida visa facilitar a consulta por parte do cidadão, técnico ou gestor que acessam o site em busca desse material.

Cidadão comum

Uma das áreas do Orçamento Brasil dirige-se ao cidadão comum, com informações gerais sobre o Orçamento e seus grandes números, como o total de recursos destinados a Saúde, Educação e Infra-Estrutura, entre outras áreas. Os textos também buscam aproximar o Orçamento do dia-a-dia da população, explicitando a importância das decisões tomadas nesse âmbito.

O usuário pode acessar uma cartilha para conhecer

o processo de tramitação das leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual. A área dirigida ao cidadão traz ainda um glossário explicando o significado de termos utilizados nos conteúdos mais técnicos.

‘Contracheque’

A área Fiscalize, com informações sobre transferências da União para estados e municípios, oferece um novo instrumento de fiscalização e acompanhamento da execução orçamentária desenvolvido pela área técnica da Câmara. Nela, explica Gilmar Machado, qualquer cidadão pode extrair um “contracheque” do estado ou do município. Ou seja, estão disponíveis na forma de um relatório único todas as transferências recebidas pela unidade federativa da União, com a respectiva destinação. Assim, o cidadão ou a entidade interessada podem verificar se o dinheiro recebido é empregado adequadamente.

O “contracheque” é elaborado a partir dos dados recebidos pela Câmara a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal. Antes, esses dados eram acessíveis apenas a pessoas ligadas à administração pública e a parlamentares que detêm senhas de acesso. Porém, a massa de dados é tamanha e tão complexa que poucos técnicos encontram condições de analisá-la.

Por meio de um sistema desenvolvidos pelos consultores e técnicos da Câmara, esses dados são “desvendados” e colocados à disposição do público em relatórios variados, entre eles o “contracheque”. O intervalo entre o recebimento dos dados e sua disponibilização será, inicialmente, de dois dias.

Resultados

Esses primeiros relatórios já estão sendo extraídos e enviados para as câmaras municipais. Os resultados, comenta Gilmar Machado, são variados. Nesta



Gilmar Machado destaca as iniciativas para maior diálogo com as prefeituras

primeira experiência houve desde tentativas de políticos da situação de interceptar as informações até situações mostrando que o sistema pode inclusive ajudar os administradores.

Foi o caso da prefeitura de

Guarará (MG). O prefeito localizou um valor sobre o qual não tinha qualquer notícia. Procurou a Comissão Mista de Orçamento, que localizou a origem do recurso – ISS recolhido por uma empresa por meio da União, que

repassou esse valor para o tesouro municipal. “Não queremos acusar os gestores, mas estabelecer um diálogo de ajuda mútua”, propõe Machado.

A área Fiscalize também possui links para sites de orçamentos estaduais e municipais. O público pode acessar no portal áreas específicas da Comissão de Orçamento e da Consultoria.

Especialistas

Os especialistas encontram em uma página específica todas as informações técnicas e os dados do Orçamento por completo. Para a parte do público que necessita de mais detalhes, o portal mantém todas as informações produzidas desde a mensagem presidencial que marca o envio dos projetos de leis orçamentárias, sua tramitação, emendas, relatórios, estudos e pareceres. Também nessa área estão o acompanhamento dos orçamentos dos anos anteriores e as prestações de contas, além de dados sobre obras e serviços com indícios de irregularidades.

Outras iniciativas institucionais vão juntar-se ao novo portal na busca de aproximação das finanças públicas do cidadão. As crianças poderão ganhar intimidade com o assunto por meio de um jogo no Portal Plenarinho (www.plenarinho.gov.br). As programações da TV e da Rádio Câmara deverão abrir espaço extra para tratar os temas do Orçamento. (Vania Alves)

Seminários recolhem sugestões para gastos do País

A sistemática de trabalho da Comissão Mista de Orçamento também passou por modificações para se aproximar do cidadão e intensificar a fiscalização sobre gastos da União. Internamente, foi criado um comitê para acompanhar a execução orçamentária (ver reportagem na página 6). Nesta semana, a comissão realiza cinco seminários regionais – em Florianópolis, Belo Horizonte, Brasília, Manaus e Recife – para recolher sugestões ao Orçamento de 2007.

De acordo com o presidente da comissão, deputado Gilmar Machado, o seminário é importante porque qualquer cidadão pode levar suas idéias para os gastos do País. “Estamos criando condições para um orçamento participativo no Brasil”, almeja. Para o parlamentar, é importante deixar claro para a população que o Orçamento diz respeito a todos e que cada centavo deve ser acompanhado.

O parlamentar afirma que, inicialmente, na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), houve entre os integrantes da

comissão uma certa estranheza na realização de seminários. Hoje, ele avalia que tanto o governo quanto a oposição aderiram à idéia. “Esse processo cria condições de diálogo entre os líderes partidários e a sociedade civil”, explicou.

Essa discussão ampliada também conta hoje com a participação de entidades como o Fórum Brasil do Orçamento, formado por várias organizações não-governamentais, a Transparência Brasil e o Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos (Inesc). “Queremos mobilizar todo mundo em torno da discussão do Orçamento”, convida. “O cidadão não sabe da força que pode ter nessa discussão.”

Machado observa que a criação de todos esses mecanismos é acompanhada pela preocupação de institucionalizar os instrumentos, tornando-os permanentes. Estabelecer institucionalmente esses mecanismos de democracia e transparência, avalia, é um esforço para “tirar o Legislativo das páginas de polícia e devolvê-lo às de política”. (VA)